

Programa de Pós-graduação em Economia – Universidade Federal do Pará

CADERNOS  
CEPEC  
ECONOMIA DA AMAZÔNIA



## As idas e vindas de uma economia camponesa substantiva: da desintegração à recampesinização

The comings and goings of a substantive peasant economy: from disintegration to repeasantization

Sebastião Novais Sousa Crispim <sup>1a</sup>  
Cleidianne Novais Sousa Crispim <sup>2b</sup>

**Resumo:** O objetivo deste artigo é articular um arcabouço teórico capaz de analisar a economia camponesa como estrutura social enraizada em diversas realidades no agrário mundial, reconhecendo sua resiliência e seu desenvolvimento. Para tanto, adotamos uma metodologia teórico-conceitual que parte do debate clássico marxista, em Vladimir Lênin e Karl Kautsky, sobre a desintegração do campesinato e propõe a convergência entre Alexander Chayanov e Karl Polanyi para fundamentar a economia camponesa como uma substantiva, validada por Jan Douwe van der Ploeg em sua leitura empírica da recampesinização global. A conclusão deste trabalho é que a recampesinização se configura como a expressão concreta da luta contínua dos camponeses contra o desenraizamento capitalista através da coprodução e da gestão familiar. As evidências em diferentes países comprovam que as estruturas camponesas adotam práticas reprodutivas diversificadas (pluriatividade, novos mercados, cooperação local) baseadas no fundamento da unidade familiar, mostrando que elas evoluíram e estão substantivamente relacionadas à dinâmica econômica contemporânea.

**Palavras-chave:** Desintegração Camponesa. Economia Camponesa. Economia Substantiva. Recampesinização.

**Classificação JEL:** B00; B10; B14; B50

**Abstract:** The aim of this article is to articulate a theoretical framework capable of analyzing the peasant economy as a social structure rooted in diverse realities within the global agrarian landscape, recognizing its resilience and development. To this end, we adopt a theoretical-conceptual methodology that starts from the classic Marxist debate, in Vladimir Lenin and Karl Kautsky, on the disintegration of the peasantry and proposes a convergence between Alexander Chayanov and Karl Polanyi to ground the peasant economy as a substantive one, validated by Jan Douwe van der Ploeg in his empirical reading of global re-peasantization. The conclusion of this work is that re-peasantization is configured as the concrete expression of the continuous struggle of peasants against capitalist uprooting through co-production and family management. Evidence from different countries proves that peasant structures adopt diversified reproductive practices (pluriactivity, new

<sup>1</sup> Universidade Federal do Pará. Correio eletrônico: crispimns@ufpa.br.  0000-0003-2563-5080.

<sup>2</sup> Universidade Federal do Pará. Correio eletrônico: cleidianne@ufpa.br.  0000-0002-7387-6068.

markets, local cooperation) based on the foundation of the family unit, showing that they have evolved and are substantively related to contemporary economic dynamics.

**Keywords:** Peasant Disintegration. Peasant Economy. Substantive Economy. Re-peasantization.

**JEL Classification:** B00; B10; B14; B50

## 1. Introdução

O desenvolvimento do capitalismo é uma realidade global que carrega um paradoxo neste processo histórico no agrário internacional: a persistência e a reprodução de estruturas sociais camponesas enraizadas. Longe de serem meros resquícios de um passado pré-capitalista, essas economias demonstram uma capacidade adaptativa e de resiliência, sustentando-se como uma base econômica do desenvolvimento humano no mundo. Para termos uma noção concreta dessa relevância determinante, 90% dos estabelecimentos agrários do mundo são estabelecimentos familiares e cerca de 80% da produção mundial de alimentos são resultantes dessas estruturas (FAO, 2021). No Brasil, os dados do Censo Agropecuário de 2017 indicam que 77% dos estabelecimentos agropecuários (3,8 milhões) são de agricultura familiar (IBGE, 2025). Essa caracterização inicial dá a dimensão da relevância concreta do campesinato no capitalismo do século XXI.

Campesinato é um conjunto de famílias camponesas territorialmente estabelecidas cuja existência é estruturada por meio de regras (instituições) que regulam o uso e a disponibilidade de recursos naturais e culturais. Os camponeses são as famílias que, com acesso à terra e a outros recursos naturais (florestas, rios etc.), conseguem suprir suas necessidades reprodutivas (demandas imediatas de consumo e projetos de longo prazo) por meio da produção rural e agroextrativista. A agricultura camponesa, por sua vez, define-se como o modo de produção e vida dessas famílias, onde o acesso à terra e aos recursos naturais possibilita organizar as soluções reprodutivas, alocando o trabalho do produtor e de sua família para garantir a eficiência reprodutiva dessa unidade (Costa; Carvalho, 2012).

O objetivo deste artigo é articular um arcabouço teórico capaz de analisar a economia camponesa como estruturas sociais enraizadas em diversas realidades no agrário do mundo, reconhecendo sua resiliência e seu desenvolvimento. A realidade concreta do século XXI, marcada pela persistência camponesa em diversas realidades agrárias do mundo, exige uma interpretação contemporânea que resgate e amplie essa visão não-capitalista da reprodução camponesa. A chave para essa compreensão reside na conciliação de perspectivas teóricas que escapam ao formalismo econômico. Para tal, o presente estudo adota uma metodologia teórico-

conceitual que, partindo do debate clássico (Lênin/Kautsky), propõe a convergência entre Chayanov e Karl Polanyi para fundamentar a economia substantiva camponesa, validada por Jan Douwe van der Ploeg em sua leitura empírica da recampesinização global.

Com este propósito, além desta introdução, revisitamos, na segunda seção, o debate clássico sobre a questão agrária e camponesa, partindo da matriz clássica marxista em Vladimir I. Lênin e Karl Kautsky, que concebeu a extinção do campesinato como um destino social fatal, e alcançando a visão de Alexander Chayanov na defesa da economia camponesa orientada por uma lógica econômica distinta da economia capitalista. Na terceira seção, estabelecemos a convergência teórica entre Alexander Chayanov e Karl Polanyi, fundamentando o conceito de economia substantiva camponesa, e, por fim, destacamos os processos de recampesinização, em van der Ploeg, como evidências empíricas do enraizamento dessa economia substantiva no agrário.

## **2. Revisitando o debate clássico sobre a questão agrária camponesa**

No final do século XIX, o processo de desenvolvimento do capitalismo na Europa já tinha alcançado diversos países em acordo com suas respectivas condicionantes históricas. Esse desenvolvimento estimulou intensos debates que foram fundamentais para a construção de um conhecimento econômico e social do século XX. O debate clássico da questão agrária encontrou na Rússia do século XIX o seu principal palco e há um fundamento histórico para isso: desde a revolta camponesa de 1805, o regime político autocrático czarista implementou como resposta um projeto que buscou modernizar a estrutura social agrária e, em 1861, teve o objetivo principal de criar um tipo social novo, um grupo de camponeses proprietários livres que não mais dependiam da comuna clássica para ter acesso à terra (Archetti, 2014).

Na Rússia, se estabeleceu uma polêmica entre populistas e marxistas sobre o campesinato, que se estendeu de 1890 até 1930, que também envolveu os integrantes da Escola para a Análise da Organização e Produção Camponesas, um grupo formado por economistas agrícolas e engenheiros agrônomos que se dedicava ao estudo das alternativas para uma melhor gestão dos recursos camponeses cujos trabalhos estavam relacionados à dimensão da disponibilidade de recursos técnicos e econômicos capazes de transformar as condições de vida dos camponeses e de promover a modernização da agricultura, com tecnificação e inovação no campo. O agrônomo e economista Alexander Chayanov (1888-1933) foi seu principal intelectual e os contornos e o cerne de sua abordagem sobre a questão agrária ajudam a entender

a contribuição dessa escola para o debate sobre o desenvolvimento da agricultura e do campesinato (Abramovay, 2007; Archetti, 2014).

Dentro da perspectiva crítica ao sistema econômico capitalista, coube a Vladimir Lênin e Karl Kautsky estabelecer a base do marxismo nas análises sobre o agrário. O esforço científico de ambos foi fundamental não só para organização política em seus respectivos países – o papel decisivo de Lênin na Revolução Russa de 1917, que estabeleceu uma ruptura com o regime czarista absolutista na Rússia, e a relevância de Kautsky na construção da social-democracia alemã, organizando-se, logo no início do século XX, com representatividade no parlamento alemão –, como também para formação da matriz clássica marxista sobre a questão agrária e camponesa. É a esta matriz clássica marxista que nos remete, inicialmente, para, em seguida, tratar da contribuição de Chayanov para o debate sobre a questão camponesa.

## **2.1. A diferenciação social do campesinato em Lênin**

O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia de Vladimir Lênin, publicado em 1899, consiste em uma das obras clássicas marxistas sobre a questão agrária, um robusto estudo de economia rural, reconhecido como a primeira aplicação da teoria geral de O Capital e como a mais acabada análise histórica de uma formação social concreta marcada pela coexistência de diferentes modos de produção. A elaboração desta obra está relacionada a um intenso debate entre os marxistas e os populistas russos. De um lado, os populistas russos, que depositavam suas esperanças nas massas camponesas como a única força determinante para a transformação social na Rússia, reivindicavam a diminuição de impostos, a ampliação da autonomia das comunidades camponesas e sua conservação. Do outro, os marxistas que, liderados por Plekhanov, conhecido como o pai do marxismo russo, buscavam legitimar a ideia de que só à classe operária pertencia o papel transformador na luta contra o tzarismo. Para Plekhanov, o campesinato constituía uma massa reacionária, baseada em formas arcaicas e patriarcais de vida, sendo, portanto, uma fortaleza do absolutismo (Hegedüs, 1984).

Essa percepção teve como apoio, inclusive, a visão segundo a qual o desenvolvimento do comunismo não ocorreria diretamente a partir da comuna russa, mas antes exigiria a revolução dos trabalhadores no Ocidente enquanto ponto de partida para o desenvolvimento de uma forma social superior, cabendo à Rússia imitar o modelo ocidental. Esta conclusão constitui o mais importante aspecto na gênese do partido social-democrata da Rússia. Com base

nisso, a organização política passou a evitar a superestimação do mir, preferindo acreditar na inevitável tendência ao aprofundamento do capitalismo (Hegedüs, 1984).

Lênin, que teve um crescente papel dentro da social-democracia russa, enxergava uma heterogeneidade social no mundo rural russo e que ela era a base de um conjunto de interesses que se contrapunham à autocracia na Rússia. O conhecimento dessa heterogeneidade permitiu a ele enxergar duas dimensões para os rumos da ação política da social-democracia. Do ponto de vista democrático, entendia-se que não só os operários, como também a burguesia e o campesinato tinham interesse na conquista da emancipação do absolutismo. Nesse sentido, as reivindicações anti feudais e antiabsolutistas dos camponeses deveriam ter amplo apoio dos sociais-democratas. Mas, sob o ponto de vista socialista, a luta estaria diretamente ligada à classe operária e se estenderia à parcela do proletariado rural em identidade social com o proletariado urbano, o que significa que os sociais-democratas deveriam atuar junto aos camponeses pobres, a parcela do campesinato que integrava, objetivamente, o proletariado rural no sentido de que sua sobrevivência também dependia da venda de sua força de trabalho (Hegedüs, 1984).

Mesmo no contexto do partido bolchevique, já no século XX, o problema camponês seguia como um problema maldito para os marxistas russos, rodeado de tabus e em meio a controvérsias. Lênin tinha convicção de que as concessões aos camponeses (introdução do imposto in natura e a reorganização da posse da terra em formas de gestão comum) eram a mais importante providência para a preservação do poder soviético, ainda que sob o risco de uma nova kulakirização. A estratégia de Lênin de construção de uma aliança entre o operariado e o campesinato pobre no fortalecimento do poder soviético estava fundamentada em sua noção de diferenciação social dos camponeses, central para entender não só sua posição política, mas, fundamentalmente, sua rica contribuição para o debate sobre a questão agrária (Hegedüs, 1984).

Para ele, a imensidão de pequenas propriedades na estrutura agrária russa era uma evidência não de um fortalecimento do campesinato, mas da intensificação de sua pobreza e miséria, pois, mesmo possuindo um lote de terra, os camponeses eram precipitados para o assalariamento para sobreviver e esse processo era perfeitamente compatível com a formação de um mercado interno na Rússia. Lênin ([1899], 1988, p. 35) descartou a possibilidade de outra via de desenvolvimento para as relações agrárias russas se não a capitalista e entendia como

inevitável “[...] o processo de decomposição dos pequenos agricultores em patrões e operários agrícolas”.

[...] As vacilações do pequeno proprietário arruinado, vacilando entre a burguesia contra-revolucionária e o proletariado revolucionário, são tão inevitáveis como este outro fenômeno que se observa em toda sociedade capitalista: uma insignificante minoria de pequenos produtores se enriquece, “sobe na vida” e se aburguesa, enquanto a imensa maioria se arruína completamente, transformando-se em trabalhadores assalariados ou paupérrimos ou vivem eternamente no limite da condição proletária (Lênin, 1988, p. 10).

O conceito de diferenciação social de Lênin apoia-se na ideia de que as propriedades camponesas e as comunidades de aldeia, assim como os latifúndios senhoriais, procedem pela via do desenvolvimento capitalista. Quando alcançada pelas relações capitalistas, a economia camponesa passa a ser dinamizada por uma concorrência interna que vai gerar, de um lado, camponeses pobres que, durante parte do ano, vende sua força de trabalho para subsistir e se transformam em proletários rurais e, do outro, camponeses ricos, ou kulaks, que tendo ampliado seu controle sobre as terras, compram força de trabalho adicional e se tornam capitalistas agrários. Entre os dois segmentos, encontram-se os camponeses médios, cuja produção se baseia na sua força de trabalho e de sua família, mas que, aos poucos, como consequência da concorrência, engrossam as fileiras do proletariado rural (Dore, 2001; Archetti, 2014).

A diferenciação, cujo principal critério é a compra ou venda da força de trabalho, caracteriza o desenvolvimento capitalista da economia russa e pode seguir dois caminhos. O primeiro é a Via Junker, também conhecido como modelo prussiano. Nele, a transição para as relações capitalistas é iniciada e orientada pelas grandes propriedades pré-capitalistas que passam por uma conversão lenta para empresas capitalistas e é esse lento amadurecimento que as tornam intactas, assim como os sistemas de controle sobre o trabalho que elas exercem. Por essa via, continuam a vigorar por muito tempo relações de produção pré-capitalistas em combinação com relações capitalistas. O outro caminho é o democrático, no qual os pequenos camponeses são os que lideram a revolução para o capitalismo, destruindo as grandes propriedades e abolindo as relações de servidão. Dessa via, surge um grande campesinato sob um sistema de exploração de pequenas glebas no qual o processo de diferenciação social ocorre de forma rápida e o desenvolvimento capitalista não é perturbado por resquícios de modos de produção pré-capitalistas, o que favorece o rápido desenvolvimento das forças produtivas (Dore, 2001).

A tese de Lênin (1988) de que o desenvolvimento capitalista no campo leva à diferenciação interna entre camponeses pobres, médios e ricos, fazendo penetrar no campesinato tendências proprietárias e tendências proletárias, constitui a referência de sua prática política no combate a uma superestimação do campesinato, por um lado, e à fidelidade à ortodoxia marxista, por outro. Ele entendia que o campesinato se colocava como entrave para os progressos do capitalismo, pois, no caso russo, o campesinato estava associado às tradições do patriarcalismo e a resquícios de servidão, pontos nos quais o capitalismo encontrava empecilho para o desenvolvimento das forças produtivas e, consecutivamente, para progredir com transformações nas relações sociais de produção. Essas contradições constituem a base do processo de desintegração do campesinato.

Como Lênin (1988) apontou, os próprios camponeses russos empregavam a palavra “descamponização” para definir esse processo que remete à destruição do antigo campesinato patriarcal e leva à formação de novos sujeitos na população rural. Dessa forma, o campesinato antigo não tenderia apenas a se diferenciar, ele também deveria desaparecer e, posteriormente, ser substituído por uma nova organização social no agrário. Com os novos sujeitos constituindo a base de uma sociedade dominada por uma economia mercantil e pela produção capitalista no agrário, “Esses novos tipos são a burguesia rural (sobretudo a pequena burguesia) e o proletariado rural – a classe dos produtores de mercadorias na agricultura e a classe dos operários agrícolas assalariados” (Lênin, 1988, p. 114).

Lênin (1988) acreditava que as lutas atrasadas estavam para o capitalismo atrasado assim como as lutas avançadas estavam para as situações economicamente avançadas e insistia no peso determinante do aspecto político da integração entre operários e camponeses para a construção do socialismo. Mas sua interpretação não chegou a ganhar a autoridade de um projeto orgânico de partido e, depois de sua morte, as lutas internas do partido bolchevique, nas quais a aliança entre operários e camponeses serviu de plataforma para a frente antitrotskista, levaram Stálin à vitória e o tornaram o legítimo herdeiro do leninismo a partir dos anos 1930.

## **2.2 A concorrência produtiva entre camponeses e os capitalistas em Kautsky**

No final do século XIX na Alemanha, o economista marxista Karl Kautsky lançava seu trabalho seminal *A Questão Agrária* (1899) com o intuito de analisar a evolução social da exploração camponesa ameaçada pela fragmentação e pela concorrência com a grande empresa capitalista no agrário. Essa obra traz a forma mais elaborada da tese central de Kautsky sobre o



desenvolvimento capitalista na agricultura: a superioridade técnica e econômica da grande exploração capitalista diante da pequena propriedade camponesa conduz ao irreversível declínio camponês. A Questão Agrária traz uma poderosa análise das transformações na agricultura europeia (sobretudo, na Alemanha, França e Grã-Bretanha) e americana (nos Estados Unidos) de fins do século XIX e é considerada o primeiro trabalho a ter ampliado o projeto teórico de O Capital. Ela é uma expressão da divergência de abordagens sobre a questão agrária e camponesa no interior da social-democracia alemã, das discussões travadas em torno do projeto de um programa agrário durante o congresso do partido social-democrata alemão de 1894, em Frankfurt, e do conhecimento acumulado por seu autor sobre a questão agrária durante os anos 1870 e 1880 (Hegedüs, 1984; Abramovay, 2007; Kautsky, [1899], 1980, 1986).

Kautsky (1980, 1986) analisou o processo de desenvolvimento capitalista no agrário como semelhante ao ocorrido na indústria: de um lado, a proletarianização e, do outro, um crescimento da grande exploração capitalista. Mas, diferentemente de Lênin (1988), identificava que o avanço da indústria em combinação com agricultura não resultaria precisamente na eliminação da pequena exploração camponesa, pois, na agricultura moderna capitalista, o campesinato tem uma função social e em muitos casos ele pode ser conservado ou mesmo reproduzido como camponês proletarianizado.

O campesinato, segundo Kautsky (1980, 1986), era uma classe social com uma base institucional bastante sólida, na qual a família era o centro gravitacional por onde a lógica combinada da reprodução e da própria produção se estabelecia não por leis de mercado, sendo o comércio apenas um acessório, já que não tinha em si uma razão motivadora para a produção camponesa. A transformação institucional do camponês e de toda sua base de reprodução resultou em um camponês agricultor que se limitava a produzir o alimento de sua subsistência. Dessa forma, o camponês se tornou cada vez mais dependente do mercado e de suas oscilações, logo, quanto mais a sua produção foi sendo transformada em mercadoria, menos lhe era possível manter a estrutura anterior da venda direta dos produtores aos consumidores.

A evolução na produção capitalista levou à demanda de trabalhadores assalariados no campo, muitos camponeses empobrecidos foram transformados em proletários agrícolas, a família nuclear patriarcal camponesa foi implodida, seus filhos, um excedente de força de trabalho, foram colocados no mercado de trabalho rural ou urbano, a terra, que se tornou cada vez mais limitada a prover apenas o necessário para suprir a própria subsistência, ficou



drasticamente limitada à produção de excedentes para serem vendidos nos mercados. “A única mercadoria que podem vender é a sua força de trabalho, que só temporariamente é reclamada [...] pela sua própria exploração” (Kautsky, 1980, p. 35).

No antagonismo entre capitalistas e proletariados que transformou o campo e o lares dos camponeses, já havia sido dissolvida toda a base institucional fundamentada na comunidade camponesa. No seio do próprio desenvolvimento do sistema econômico capitalista, as transformações impostas foram indispensáveis para que o capital penetrasse na produção rural, e é nesse antagonismo que Kautsky (1980, 1986) fundamenta sua recusa sistemática à possibilidade de sobrevivência da economia camponesa, pois, seria inútil tentar parar o movimento inevitável de dissolução do campesinato pelo capitalismo. Para ele, a sobrevivência camponesa era, na prática, expressão de sua superexploração na medida que os camponeses vendiam seus produtos a preços que não asseguravam sua própria subsistência, sendo este o fundamento teórico da inferioridade da produção camponesa.

### **2.3 Para além dos limites da matriz clássica marxista sobre a questão camponesa**

É claro que Lênin e Kautsky não realizaram um exercício vulgar de futurologia em suas teses de desintegração do campesinato por meio do desenvolvimento capitalista. Por outro lado, também é evidente que os fenômenos e as respectivas tendências que os autores analisaram não se realizaram plenamente em várias realidades sociais. Abramovay (2007) aponta que as teses de generalização do trabalho assalariado na agricultura e a inferioridade econômica da agricultura familiar não se confirmam empiricamente, sendo insustentável sua defesa nos países onde o capitalismo se desenvolveu de maneira mais ampla.

Para Abramovay (2007), é impossível afirmar que a sobrevivência da produção familiar no capitalismo contemporâneo possa ser explicada pela pauperização dos produtores, ou pela incompatibilidade do progresso técnico com a produção familiar. Sem desconsiderar tais limites, para o nosso intuito de investigação, o fundamental é ressaltar que a teoria marxista tem um potencial revelador das contradições inerentes ao desenvolvimento capitalista e, por meio dessas transformações sociais no campesinato, podemos entender essa classe social como diversa e complexa nas suas instituições e na sua forma de organização. Mas, decididamente, é em Alexander Chayanov que encontramos uma análise mais acurada sobre as especificidades do campesinato.

## 2.4 A especificidade da economia camponesa em Chayanov

Alexander Chayanov foi um notável pesquisador e teórico da economia rural e agrícola. Foi professor do Departamento de Organização Agrícola, entre 1913 e 1929, teve ativa participação no movimento cooperativista na Rússia e foi ministro da Agricultura no governo Kerensky, entre fevereiro e outubro de 1917. Sua rica experiência sobre o problema agrário e camponês asseguraram que Lênin o indicasse ao Comitê Estatal de Planejamento da URSS em 1921. Ele deixou mais de 200 trabalhos científicos publicados, mas só uma pequena parcela foi traduzida e publicada no Ocidente em razão da repressão stalinista da qual ele foi vítima em 1937 (Carvalho, 2014a).

A mais importante fonte do minucioso conhecimento acumulado por Chayanov sobre os camponeses russos são os zemstvos, centros locais de autoadministração e de produção de estatísticas na Rússia de sua época. Chayanov manteve permanente contato com os técnicos dos zemstvos e estudou a enorme massa de dados produzida por eles. Essa proximidade permitiu a ele perceber que os métodos empregados no recolhimento de informações e nos estudos sobre os camponeses eram inconsistentes com a realidade camponesa (Abramovay, 2007).

Chayanov trabalhou esta percepção e deu a ela um tratamento teórico em Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas, de 1924. Neste texto, ele afirma que, embora as formas não capitalistas de produção sejam vistas como insignificantes, na prática, ocupam uma ampla parcela da vida econômica, sendo mais latentes na esfera da produção agrária. Por esta razão, o progresso do pensamento econômico exigia a construção de uma nova análise teórica com categorias que estivessem de acordo com as características destes sistemas econômicos não capitalistas. Preço, capital, salário, juros e renda são categorias interdependentes, portanto, incompreensíveis se analisadas de forma isolada, perfeitamente adequadas à teoria econômica da sociedade capitalista, mas totalmente incoerentes com a lógica da unidade econômica familiar não assalariada.

Na exploração agrícola familiar, a família, equipada com meios de produção, emprega sua força de trabalho no cultivo da terra, e recebe como resultado de um ano de trabalho certa quantidade de bens. Uma simples observação de estrutura interna da unidade de trabalho familiar é surpreendente para compreender que é impossível, sem a categoria salários, impor a esta estrutura o lucro líquido, a renda e o juro do capital, como categorias econômicas reais, no sentido capitalista da palavra.

Com efeito, o camponês ou artesão que dirige a sua empresa sem trabalho pago recebe, como resultado de um ano de trabalho, uma quantidade de produtos que, depois de

trocada no mercado, representa o produto bruto de sua unidade econômica. Deste produto bruto devemos deduzir uma soma correspondente ao dispêndio material necessário no transcurso do ano; resta-nos então o acréscimo em valor dos bens materiais que a família adquiriu com o seu trabalho durante o ano ou, para dizê-lo de outra maneira, o *produto de seu trabalho*. Este produto do trabalho familiar é a única categoria de renda possível, para uma unidade de trabalho familiar camponesa ou artesanal, pois não existe maneira de decompô-lo analítica ou objetivamente. Dado que não existe o fenômeno social dos salários, o fenômeno social do lucro líquido também está ausente. Assim é impossível aplicar o cálculo capitalista do lucro. (Chayanov, [1924], 1981, p. 137-138).

Essa citação demonstra claramente a noção de Chayanov de incompatibilidade das categorias econômicas capitalistas com o funcionamento das unidades de produção familiar (artesanal e camponesa) e, tomando-a como base, ele lança uma de suas mais importantes conclusões sobre a economia camponesa: *a lucratividade não consiste no elemento norteador da unidade de produção camponesa*. De acordo com esta visão, o campesinato constitui um sistema econômico não capitalista com suas próprias leis de reprodução e desenvolvimento. As tomadas de decisão na unidade camponesa perpassam pela relação entre o grau de satisfação das necessidades da família, que são culturalmente definidas, e a penosidade ou intensidade do trabalho realizado pela família dentro do processo de produção, o que ele chama de *balanço entre consumo familiar e intensidade do trabalho*.

O princípio objetivo das transações econômicas da unidade camponesa é satisfazer as necessidades de subsistência da família, garantindo a provisão de um fundo de subsistência definido culturalmente que vai consistir no limite da reprodução camponesa. Portanto, o grau de intensidade do trabalho familiar empregado na produção ou, em outras palavras, o grau de autoexploração da força de trabalho familiar é avaliado de forma subjetiva pelo camponês, logo, a motivação da atividade econômica dentro da unidade camponesa é de natureza subjetiva. Nesse sentido, o camponês não busca a obtenção de uma taxa normal de lucro, mas sim atender as necessidades de consumo da família. No enfoque desenvolvido por Chayanov, o tamanho e a composição da família estão sujeitos aos ciclos de desenvolvimento biológico da família que exercem um papel importante na definição do grau de autoexploração dos membros familiares e, portanto, implicam em novos ajustes no balanço entre consumo e trabalho. Outra ideia básica do pensamento de Chayanov é de que a família camponesa constitui um organismo econômico único cuja produção terá como resultado uma renda familiar que é um todo indivisível, isto é, a renda que resulta do ano de trabalho da unidade de produção camponesa é única e é o resultado material da produção (Chayanov, 1981; Abramovay, 2007; Archetti, 2014).

[...] Em economia natural, a atividade econômica humana é dominada pela satisfação das necessidades de cada unidade de produção isolada – a qual é, ao mesmo tempo, uma unidade de consumo. Assim, a preparação de um orçamento é aqui, em larga medida, qualitativa: para cada necessidade da família tem de ser fornecido, em cada unidade econômica, o produto qualitativamente correspondente *em gêneros* (Chayanov, 2014, p. 103-104).

Essa economia natural é fundamental para a instituição do campesinato, a própria vida econômica é distinta de outras realidades econômicas, pois *econômico* aqui não corresponde ao que é *lucrativo*. A regulação da vida em sociedade se dá de forma bastante diferente, os fundamentos institucionais de uma economia capitalista não encontram correspondência em uma economia natural e camponesa no sentido que Chayanov (1981, 2014) argumentou. Essa dinâmica social altera-se quando os elementos monetários e a troca capitalista se desenvolvem, nesse sentido, uma *economia de mercado* transforma de forma qualitativa e quantitativa o processo de produção e de reprodução.

A partir da racionalidade camponesa, Chayanov, reconhecendo a superioridade da grande produção sobre a pequena produção agrícola, enxergou no cooperativismo a forma organizacional mais acabada de empresa agrícola capaz de combinar a eficiência do trabalho “para si” com a superioridade técnica das grandes empresas. Para ele, se na indústria a integração horizontal foi a mais importante forma de aumento e concentração da produção, na agricultura, que impunha limites à expansão horizontal, tornando-a menos significativa em relação ao caso industrial, a integração vertical consistia na mais importante forma de concentração da produção no meio rural (Carvalho, 2014b).

Foi na Dinamarca que ele encontrou o cooperativismo como a modalidade específica de integração vertical da produção agrícola adotada pela socialização crescente do trabalho camponês. Para ele, os benefícios da cooperação camponesa não estavam restritos apenas à utilização de máquinas, meios de transportes, comercialização coletiva etc., mas se referia, principalmente, à oportunidade de elevação dos níveis técnicos e tecnológicos das unidades de produção camponesa a fim de atender às exigências da cooperação. Chayanov via as cooperativas agrícolas como uma forma institucional profundamente capaz de promover a união e o fortalecimento dos camponeses e entendia que, se o desenvolvimento cooperativo era possível no capitalismo, a sua presença na construção do socialismo era bastante plausível (Abramovay, 2007; Carvalho, 2014a, 2014b).

Chayanov (1981, 2014) tinha no centro de suas preocupações sobre o mundo agrário a compreensão da ampla e disseminada existência da economia camponesa a partir de sua própria racionalidade, e não buscar compreendê-la dentro de uma divisão social do trabalho. Ele enxergou as unidades de produção camponesas como um sistema econômico não capitalista com suas próprias leis de reprodução e desenvolvimento. Sua ideia nuclear de que o volume da produção camponesa é definido pelo equilíbrio entre as necessidades de consumo e a intensidade do trabalho da família afastou a noção de determinação pela lucratividade e trouxe à luz novas categorias de análise. Chayanov escolheu olhar a estrutura camponesa de dentro, com categorias econômicas próprias e sua perspectiva torna-se interessante exatamente por elucidar a economia camponesa como uma forma específica da relação do homem com a terra na prática de sua reprodução, de sua sobrevivência, uma forma particular de arranjo social de instâncias estruturais também capaz de orientar as relações de produção no agrário.

### **3. Economia camponesa como economia substantiva e recampesinização e autonomia camponesa**

A economia, enquanto estrutura de organização das sociedades, tem sido fortemente tensionada a ser compreendida pelas leis de funcionamento do mercado capitalista e suas categorias centrais. Chayanov desenvolveu um importante contraponto teórico e empírico a esta visão ao apresentar o campesinato uma lógica econômica que não é regida pelo lucro ou pelo cálculo capitalista de custos, mas sim pela satisfação das necessidades de subsistência familiar.

Karl Polanyi, historiador e antropólogo econômico austríaco do século XX, é outro nome de relevância na oposição ao pensamento econômico tradicional, sobretudo, por distinguir a economia formal da economia substantiva e introduzir o conceito de mercadorias fictícias (terra e trabalho). A intersecção desses autores permite construir um quadro analítico que demonstra a persistência e a racionalidade própria das formas econômicas não mercantilizadas, como a unidade camponesa.

#### **3.1 A convergência entre as visões de economia camponesa de Chayanov e economia substantiva de Polanyi**

Karl Polanyi é o principal expoente da perspectiva da economia substantiva cuja tese central postula que o processo econômico é intrinsecamente social e instituído na sociedade. As obras do autor realizaram uma análise crítica das transformações estruturais do capitalismo, lançando luz sobre os complexos processos de enraizamento (*embeddedness*) e

desenraizamento (*disembeddedness*) da economia. O conceito de economia substantiva define a economia como um processo histórico instituído de interação humana com os meios natural e social voltado para garantir o suprimento contínuo de necessidades materiais, uma economia empírica. Esse processo se manifesta por meio de movimentos de localização (produção e transporte de bens) e apropriação (circulação e administração de bens).

O conceito formal, reduz a economia a um sistema de mercados formadores de preços que unifica as regras da escolha racional e da escassez de recursos. Polanyi (2012a) critica o pressuposto da escassez, tido como fundamento da ação maximizadora, ao argumentar que ela não é uma condição natural, mas sim o resultado da apropriação individual e do estabelecimento da propriedade privada. Ao postular a escassez, a economia formal negligência a enorme variedade de outras instituições não mercantis nas quais a subsistência humana está enraizada.

Para Polanyi (2012a), economias reais são sempre enraizadas em relações sociais, políticas e culturais. O desenraizamento que o capitalismo moderno acarretou é um processo distinto gerado ao se tratar a terra, o trabalho e o dinheiro como mercadorias fictícias. É crucial entender, contudo, que enraizamento e desenraizamento não representam épocas históricas distintas, mas sim um processo dialético que molda o sistema econômico institucional.

As instituições enraizadas, na perspectiva polanyiana, são as formas de organização social que buscam garantir o bem-estar social por meio de interações econômicas com base substantiva. Em outras palavras, elas asseguram a reprodução da sociedade com uma produção que não aliena o caráter substancial dos sujeitos e da natureza, sendo assim, essenciais para garantir a própria sobrevivência da sociedade humana.

A agricultura capitalista, por sua vez, tem na economia de mercado a sua base institucional desenraizada. Portanto, nela, toda a divisão do trabalho e o uso da terra são regidos por uma lógica desvinculada da regulação social e as duas mais importantes institucionalidades dessas organizações econômicas no setor agrário são a exploração do trabalho assalariado e a gestão empresarial dos estabelecimentos. Em contraponto, a economia camponesa é uma organização social que se sustenta em instituições enraizadas na gestão familiar dos empreendimentos e no trabalho familiar como fundamento econômico da reprodução e produção social desses grupos.

Polanyi (2012a) descreve que, em sociedades tribais, todo o processo econômico estava enraizado nas relações de parentesco, pois, tanto a produção quanto a distribuição dos bens e

serviços eram instituídas por meio da família. A disposição para o conjunto da comunidade tribal se dava por meio das terras, da caça, pesca, cultivo de lavouras e gado, que eram regulamentados por regras socialmente estabelecidas com base nos costumes, na cultura e na religiosidade.

Quanto mais recuamos na história da sociedade humana, menos encontramos o homem agindo em benefício próprio em assuntos econômicos, cuidando de seu interesse pessoal. Somente numa forma relativamente avançada de sociedade agrícola é que a economia doméstica torna-se viável e se generaliza. Antes disso, a instituição amplamente difundida da 'família nuclear' não era economicamente institucionalizada, exceto, às vezes, na preparação dos alimentos (Polanyi, 2012a, p. 90-91).

A instituição de uma economia doméstica voltada para o interior do núcleo familiar constitui um elo econômico vital entre os campesinos antigos e o contemporâneo. É aqui que a teoria de Chayanov se alinha perfeitamente com a ideia de enraizamento de Polanyi. Como enfatiza Costa (2012), para Chayanov, o fundamento do empreendimento camponês é a produção para o próprio consumo, e esse consumo não se limita ao autoconsumo da produção agropecuária. A própria subsistência perpassa por todas as necessidades de reprodução social, tal como manufaturas diversas, educação e lazer.

Para Polanyi (2012b), um dos aspectos mais importantes do processo histórico de emergência do sistema de mercado é que a natureza e o ser humano se tornaram mercadorias, transformadas em meros fatores de produção. Dessa forma, seus preços passaram a ser formulados nas mesmas condições e regras de funcionamento de todo o mercado. Um tal padrão institucional não poderia funcionar a menos que a sociedade fosse, de alguma forma, subordinada às suas exigências. Uma economia de mercado só pode existir em uma sociedade de mercado.

[...] o trabalho e a terra nada mais são do que os próprios seres humanos nos quais consistem todas as sociedades, e o ambiente natural no qual elas existem. Incluí-los no mecanismo de mercado significa subordinar a substância da própria sociedade às leis do mercado' (Polanyi, 2012b, p. 93).

Para Polanyi (2012a, 2012b), trabalho, terra e dinheiro não são mercadorias genuínas, pois o postulado econômico clássico de que tudo que deve ser comprado e vendido no mercado deverá ser produzido não se enquadra na lógica de produção dessas três mercadorias fictícias. Essa crítica à mercantilização da terra e do trabalho ganha relevância ao se considerar a economia camponesa em consonância com a teoria de Chayanov. Na unidade camponesa, a produção é regida primariamente pela satisfação das necessidades de subsistência familiar, e



não pela maximização do lucro ou pela racionalidade individualista do mercado (Chayanov, 1986). O trabalho e a terra, nesse contexto, não operam sob a lógica capitalista de custo-benefício e salário, pois o trabalho é auto-empregado e a terra, muitas vezes, ligada à subsistência e ao direito consuetudinário ou comunal. A não separação entre a unidade familiar (consumo) e a unidade produtiva, conforme teorizado por Chayanov, demonstra, empiricamente, a resistência das economias não-mercantis à subordinação da substância da própria sociedade (o trabalho) e da própria natureza (a terra) às leis do mercado, como enfatizado em Polanyi (2012b).

A existência de subjetividades associadas às condições de reprodução das famílias camponesas define o grau de diversidade social e econômica dessa classe social. Essa heterogeneidade pode levar a uma diferenciação interna no campesinato, vista por alguns como um processo evolucionário da economia agrária. Contudo, diferentemente do que Lênin (1988) identificou, esse processo de diferenciação não é sinal de uma desintegração do campesinato. Mesmo em um campesinato heterogêneo, os elementos institucionais podem apresentar a instituição da auto-exploração da força de trabalho familiar combinada com a gestão do empreendimento pelo próprio camponês como características essencialmente enraizadas e resilientes.

Mesmo em um processo de desenvolvimento capitalista com a instituição de uma economia de mercado que busca desenraizar as relações sociais, o campesinato pode se diferenciar e se desenvolver nesse ambiente institucional hostil à sua existência. Chayanov (2014) indica que a exploração camponesa tenderá a obter proveitos da situação de mercado em condições naturais, mas, por ser essencialmente baseada no trabalho da família, não ficará totalmente sujeita às necessidades de lucro do mercado. A intensificação da auto-exploração camponesa está muito mais sujeita às pressões internas das necessidades da família ou da comunidade, e por isso, torna-se a evidência máxima de um processo de enraizamento das relações sociais instituídas em uma economia com base substantiva.

### **3.2 A recampesinização como processo de desenvolvimento social e econômico no agrário**

As seções anteriores estabeleceram as bases teóricas necessárias para a compreensão das economias que resistem à ameaça do desenraizamento, termo cunhado por Karl Polanyi para descrever a subordinação destrutiva da sociedade às leis de um mercado autorregulado.

Essa crítica, que distingue a economia formal da economia substantiva, é essencial e se alinha à visão de Alexander Chayanov sobre a racionalidade da subsistência familiar. A convergência desses autores é vital, pois permite refutar as visões que condenavam o campesinato ao desaparecimento, incluindo as teses marxistas de desintegração de Lênin e Kautsky. É nesse contexto de resistência da economia substantiva que se insere o conceito de recampesinização de Jan Douwe van der Ploeg. A *recampesinização* representa um processo de desenvolvimento social e econômico no agrário que se manifesta como a luta contínua por autonomia – um movimento em que os agricultores familiares buscam reverter o desenraizamento (Polanyi) ao fortalecerem a coprodução e a gestão familiar (Chayanov). Assim, o movimento de recampesinização configura-se como a expressão concreta e dinâmica das estruturas sociais que sustentam a economia substantiva, provando a resiliência do campesinato frente à lógica capitalista no século XXI.

### 3.2.1 O enraizamento na coprodução camponesa

Em franca oposição a essa lógica, o campesinato luta por sua autonomia. Isso acontece por meio de uma articulação com processos contínuos de construção e aperfeiçoamento de amplo controle de recursos como a terra e a própria natureza (cultivos, criação de animais, água). O aspecto social também é fundamental, pois é por meio da cooperação familiar ou comunitária que instituições como a força de trabalho familiar podem ser mobilizadas. Os camponeses, em geral, realizam diversas coproduções que, juntas, formam um arranjo forte, permitindo a reprodução social.

"Um elemento estratégico aqui é que a base de recursos que permite a coprodução é basicamente composta por não-mercadorias (e/ou por mercadorias convertidas em não-mercadorias). [...] A unidade camponesa de produção é precisamente a forma institucional que distancia a atividade agropecuária, de maneira específica e estrategicamente organizada, dos mercados (de insumos), ao mesmo tempo em que a vincula (também de maneira específica e estrategicamente organizada) a outros mercados (de produtos)" (Ploeg, 2006, p. 21).

A co-produção camponesa é a base da produção familiar que possibilita um encontro de interações entre o homem e a natureza, tanto no âmbito social quanto material. O fundamental desse processo produtivo é que ele se estrutura de modo a garantir a viabilidade e a sobrevivência da reprodução do campesinato (Ploeg, 2006). O modo de produzir camponês tem como fundamento o uso de recursos sociais e materiais que, combinados, representam uma unidade orgânica – o estabelecimento camponês – onde o controle é daqueles que trabalham diretamente no processo de produção. Institucionalmente, os sujeitos sociais governam e

definem suas relações derivadas das instituições culturais e de gênero, seguindo o modelo chayanoviano dos balanços internos entre a penosidade do trabalho e a satisfação demandada pela empresa camponesa.

Individualmente, o processo de trabalho de um camponês não se fundamenta na venda de sua força de trabalho (assalariamento), embora, em momentos de crise, o indivíduo possa recorrer a essa solução momentaneamente. As relações de trabalho camponesas são em geral complexas e diferenciadas, pois se baseiam no parentesco, no gênero, na idade, na religião e na reciprocidade comunitária. Devido a isso, o cálculo econômico estreito não consegue computar adequadamente o valor agregado dos estabelecimentos camponeses, pois o processo econômico camponês raramente se estabelece à parte dos elementos culturais e das relações sociais predominantes (Ploeg, 2006).

### 3.2.2 Recampesinização como desenvolvimento da economia substantiva

Dessa forma, o processo de recampesinização contempla uma mudança qualitativa que descreve os processos em que as pessoas se tornam camponesas em sociedades contemporâneas. Essa condição de ser camponês ou camponesa relaciona-se também a uma dimensão quantitativa, ou seja, o crescimento da presença camponesa, evidenciada, por exemplo, pelos assentamentos gerenciados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) do Brasil ou pelo movimento da Via Campesina pelo mundo (Ploeg, 2016).

Esses processos não são únicos ou isolados; tratam-se de um fluxo contínuo (e flutuante) ao longo do tempo (Ploeg, 2006). O campesinato é heterogêneo: parte dele pode ser amplamente dependente de um mercado e, assim, fragilizado pela coerção extra-econômica. Por outro lado, existem evidências históricas de que o campesinato se adapta às condições de mercado e até mesmo abdica, em momentos de crise, de comercializar sua produção e seus fatores de produção, devido à sua fundamental autonomia (racionalidade), que é mal interpretada nos modelos econômicos neoclássicos. O controle da riqueza gerada e da produtividade tornam-se extremamente relevantes para a reprodução do campesinato e, em síntese: "uma vez que os camponeses se constituem como tais, uma recampesinização ainda maior pode ocorrer" (Ploeg, 2006, p. 43).

A autonomia camponesa é recriada nesse processo de recampesinização e pode ser convertida em diversas formas de desenvolvimento. A agricultura do século XXI pode ser fruto

desse processo, que consiste em transformações dos meios de produção fundamentais como a terra, tecnologias sustentáveis e o emprego da força de trabalho camponesa. Nesse sentido, ocorre um crescimento da mobilização de recursos materiais e humanos que são produzidos e podem ser inseridos nas transações por meio dos mercados, mas que também podem ser reproduzidos no interior da própria unidade de produção camponesa ou na comunidade rural.

Ploeg (2006), reforça que o fundamental é que a produção camponesa pode ser orientada economicamente de duas maneiras: 1) direcionada ao mercado de produtos agropecuários; ou 2) para utilização ou reutilização (por meio de uma troca socialmente regulada) no próprio âmbito da unidade de produção camponesa. No Quadro 1, abaixo apresentamos exemplos da diversidade reprodutiva nos processos de recampesinização. Ele apresenta como as estruturas camponesas podem se adaptar construindo novas formas de resistência econômica e produtiva. Essas dinâmicas reprodutivas são fundamentos do que Ploeg (2006) aponta como tendência de desenvolvimento rural ou como processos de recampesinização, mas também pode ser compreendido como a luta por autonomia e sobrevivência, sendo assim, fundamenta-se como uma economia substantiva (Polanyi, 2012a).

Quadro 1 - Diversidade reprodutiva dos campesinatos contemporâneos (recampesinização).

<b>Atividade Diversificada / Estratégia</b>	<b>Descrição e Objetivos Principais</b>	<b>Relação Chave</b>
Criação de Novos Produtos, Serviços e Mercados (Empresas Multiproduto)	Produção de novos bens e serviços (além dos tradicionais commodities), estabelecendo novos circuitos mercantis. Busca aumentar a competitividade e reforçar a autonomia.	Geração de Novos Mercados
Distanciamento dos Mercados de Insumos / Agricultura (Mais) Econômica	Redução da dependência da agroindústria. O processo de produção passa a ser baseado em recursos controlados pelo próprio agricultor, e não por grandes corporações.	Redução da Dependência de Insumos
Reconexão da Agricultura com a Natureza	Desempenha um papel central na racionalidade da "agricultura (mais) econômica". Implica em práticas que valorizam o meio ambiente e a sustentabilidade.	Ênfase na Sustentabilidade/Recursos Próprios
Pluriatividade	Exercício de múltiplas atividades e fontes de renda (dentro ou fora da propriedade). Permite a reconexão e a redução da dependência direta do capital financeiro e industrial.	Diversificação de Fontes de Renda
Novas Formas de Cooperação Local	Redescoberta e fortalecimento de laços de colaboração entre agricultores na comunidade. Permite a reconexão e a redução da dependência direta do capital financeiro e industrial.	Fortalecimento do Coletivo/Comunidade
Reintrodução da Artesanidade e Habilidade Técnica	Unidade orgânica entre trabalho intelectual e manual. Permite um controle direto e afinado do processo de produção, levando ao desenvolvimento de novas tecnologias e inovações.	Valorização do Trabalho Manual e Intelectual

Fonte: Elaborado pelos autores e adaptado de PLOEG (2006).

No Quadro 2, indicamos alguns casos concretos da adoção institucional de prática de recampesinização como estratégia reprodutiva camponesa. Alemanha e EUA buscam priorizar a pluriatividade, gerando renda por meio de serviços (turismo) ou emprego externos, além de empreendimentos para conservação ambiental. Os países que são socialistas como a China ou que já forma como a Rússia (URSS) buscam otimizar a eficiência de sua produção por meio da adoção de inovações tecnológicas adaptadas às necessidades de produção camponesa (China) e também com a reconstrução de novas maneiras de cooperação local para obtenção de autonomia e poder de barganha (Rússia). No caso do Brasil, a agregação de valor com produtos orgânicos/agroecológicos e o desenvolvimento de mercados enraizados (feiras e compras públicas) são fundamentais para aumentar as margens de ganho destes estabelecimentos.

Quadro 2 - Exemplos concretos da diversidade reprodutiva camponesa (recampesinização).

<b>País</b>	<b>Estratégia de Diversificação</b>	<b>Exemplo Concreto da Atividade</b>
Alemanha	Pluriatividade (Renda extra não agrícola); Novos Serviços/Mercados; Reconexão com a Natureza.	Agroturismo (Urlaub auf dem Bauernhof): Fazendas familiares oferecem hospedagem (turismo rural), alimentação (restaurantes farm-to-table) e atividades recreativas.
Brasil	Novos Produtos (Orgânicos); Novos Circuitos Mercantis (Feiras); Distanciamento dos Insumos (Agroecologia).	Feiras Agroecológicas e Programas de Compras Públicas (PNAE/PAA): Pequenos agricultores produzem alimentos orgânicos ou agroecológicos e os comercializam em circuitos curtos (direto ao consumidor ou feiras), ou vendem diretamente para escolas e órgãos públicos.
China	Reintrodução da Artesanalidade/Habilidade Técnica (Uso de tecnologia); Novas Formas de Cooperação (Intergovernamental/Tecnológica).	Mecanização Adaptada e Cooperação Tecnológica (com o Brasil, por exemplo): Desenvolvimento e teste de pequenas máquinas agrícolas (colheitadeiras, plantadeiras) adaptadas às pequenas parcelas de terra chinesas, facilitando o trabalho e aumentando a produtividade familiar.
EUA	Pluriatividade; Agricultura (Mais) Econômica (Renda complementada); Reconexão com a Natureza (Conservação).	Fazendas Part-Time e Reservas de Conservação: Muitos pequenos agricultores familiares complementam a renda com empregos não agrícolas (off-farm income). Recebem incentivos (programas governamentais) para converter áreas em Reservas de Conservação Ambiental, gerando renda com a preservação.
Rússia	Novas Formas de Cooperação Local; Autonomia.	Associações e Cooperativas Pós-Coletivização: Após o colapso dos kolkhozes (fazendas coletivas), pequenos produtores buscam novas formas de cooperativas e associações locais (obchtchina em termos históricos e modernos), visando a compra conjunta de insumos ou a comercialização.

Fonte: Elaboração própria com base em Embrapa, MDS, FNDE, IPEA, USDA, AEASE, deutschland.de (2024)

Assim, podemos apontar que além da não desintegração da classe camponesa nessas realidades, concretamente, essas estruturas evoluíram e continuam adotando práticas reprodutivas baseadas no fundamento da unidade familiar de produção. Mas, adotando

estratégias associadas a bases institucionais relacionadas a uma economia enraizada e, assim, substantivamente relacionada à dinâmica econômica das sociedades contemporâneas.

#### 4. Considerações finais

Este artigo teve como objetivo central concatenar um arcabouço teórico-econômico capaz de analisar a persistência e a reprodução de estruturas sociais camponesas enraizadas no agrário global. Tal fenômeno em si só, desafia a matriz teórica clássica marxista da desintegração social do campesinato. A análise do debate clássico pela perspectiva marxista (Lênin e Kautsky) demonstrou que, apesar de fundamental para análise do desenvolvimento capitalista, ela é limitada, pois enquadra a economia camponesa como uma forma transitória e condenada pela lógica do capital. Essa visão tradicional marxista pouco contribui para identificar a escala e a capacidade de resiliência que o campesinato demonstrou ao longo dos séculos XX e XXI.

A superação dessa limitação está proposta neste trabalho pela convergência teórico-metodológica entre Alexander V. Chayanov e Karl Polanyi. Chayanov oferece a evidência empírica de uma lógica econômica não capitalista: na economia camponesa, a produção é regida pela satisfação das necessidades de subsistência familiar e não pelo lucro. A não separação entre a unidade familiar (consumo) e a unidade produtiva demonstra a resistência do campesinato em subordinar o trabalho e a terra à racionalidade capitalista. Polanyi, por sua vez, provê o fundamento teórico, distinguindo a economia formal da economia substantiva, ao perceber que nesta última o processo econômico é intrinsecamente social e enraizado (*embedded*) nas relações sociais. A unidade camponesa é a expressão institucional dessa economia substantiva, rejeitando ativamente a subordinação da sociedade e da natureza ao mercado, ao não tratar o trabalho e a terra como mercadorias fictícias.

Finalmente, a validade desse arcabouço teórico foi confirmada pela análise da recampesinização, conceito desenvolvido por Jan Douwe van der Ploeg. A recampesinização se configura como a expressão concreta dessa luta contínua por autonomia, na qual os camponeses reverterem o desenraizamento ao fortalecerem a coprodução e a gestão familiar. As evidências em diferentes países (Quadro 2) comprovam que as estruturas camponesas adotam práticas reprodutivas diversificadas (pluriatividade, novos mercados, cooperação local) baseadas no fundamento da unidade familiar, mostrando que elas evoluíram e estão substantivamente relacionadas à dinâmica econômica contemporânea. Em suma, a persistência



do campesinato não é uma anomalia, mas a demonstração da vitalidade de uma lógica econômica substantiva. A articulação entre Chayanov e Polanyi oferece uma ferramenta robusta e não-formalista para reconhecer o campesinato não apenas como um agente resiliente, mas como uma força econômica fundamental e enraizada para o desenvolvimento humano no século XXI.

## Referências

ABROMAVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3. ed. - São Paulo: Edusp, 2007.

ARCHETTI, Eduardo P. Contextualização histórica do debate sobre a questão agrária na revolução russa. In: CARVALHO, Horácio Martins (Org.). **Chayanov e o campesinato**. - São Paulo: Expressão Popular, 2014.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar**. 2. ed. Brasília, DF: FNDE, 16 mar. 2016. Disponível em:

[https://www.fnde.gov.br/phocadownload/programas/alimentacao\\_escolar/pnae\\_manual\\_aquisicao-de-produtos-da-agricultura-familiar\\_2\\_ed.pdf](https://www.fnde.gov.br/phocadownload/programas/alimentacao_escolar/pnae_manual_aquisicao-de-produtos-da-agricultura-familiar_2_ed.pdf). Acesso em: 29 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). **Brasil e China lançam pedra fundamental de laboratório de mecanização agrícola para beneficiar a agricultura familiar**. Brasília, DF: Gov.br, 28 out. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2025/10/brasil-e-china-lancam-pedra-fundamental-de-laboratorio-de-mecanizacao-agricola-para-beneficiar-a-agricultura-familiar>. Acesso em: 29 out. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). **Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar**. Brasília, DF: MDS, [2024?]. Disponível em:

[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca\\_alimentar/Compra\\_Institucional\\_PAA\\_3.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/Compra_Institucional_PAA_3.pdf). Acesso em: 29 out. 2025.

CARVALHO, Paulo Afonso Francisco de. Biografia sumária de Chayanov. In: CARVALHO, Horácio Martins de (Org.). **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014a, v. 1, p. 33-38.

CARVALHO, Paulo Afonso Francisco de. Chayanov e a Teoria do Cooperativismo. In: CARVALHO, Horacio Martins de (Org.). **Chayanov e o Campesinato**. São Paulo: Expressao Popular, 2014b, v. 1, p. 217-227.

CHAYANOV, Aleksandr Vasilievich. TEORIA DOS SISTEMAS ECONÔMICOS NÃO CAPITALISTAS. In: CARVALHO, Horacio Martins (Org.). **Chayanov e o campesinato**. - São Paulo: Expressão Popular, 2014. 99-137 p.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos nao capitalistas. In: SILVA, Jose Graziano da; STOLEKE, Verena (Orgs.). **A questão agrária**, São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 133-163.



COSTA, Francisco de Assis. **Formação rural extrativista na Amazônia: os desafios do desenvolvimento capitalista (1720-1970)**. Belém: NAEA, 2012.

COSTA, Francisco de Assis; CARVALHO, Horacio Martins. AGRICULTURA CAMPONESA. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo**. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. 28-34 p.

CRUZ SILVA, Renato. **Agricultura Familiar nos EUA: concentrada, rica, mas também vulnerável**. Portal Embrapa, Brasília, DF, 14 set. 2017. Disponível em: <https://www.embrapa.br/agropensa/busca-de-noticias/-/noticia/27400490/agricultura-familiar-nos-eua-concentrada-rica-mas-tambem-vulneravel>. Acesso em: 29 out. 2025.

DEUTSCHLAND.DE. **A agricultura na Alemanha: dez fatos**. [S. l.]: Deutschland.de, 15 jul. 2024. Disponível em: <https://www.deutschland.de/pt-br/topic/meio-ambiente/a-agricultura-na-alemanha-dez-fatos>. Acesso em: 29 out. 2025.

DORE, Elizabeth. Campesinato. In: BOTTOMORE, Tom (ed.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 42-44.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Alemanha: potência do agronegócio europeu**. Brasília, DF: Embrapa, 1 out. 2019. Disponível em: <https://www.embrapa.br/documents/10180/26187851/Alemanha+-+Pot%C3%Aancia+do+agroneg%C3%B3cio+Europeu>. Acesso em: 29 out. 2025.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **The State of Food and Agriculture 2021: Making agri-food systems more resilient to shocks and stresses**. Rome: FAO, 2021. Disponível em: <https://www.fao.org/documents/card/en/c/CB4476EN>. Acesso em: 6 nov. 2025.

GOMES, Daniel M. S.; COELHO, Daniela M. M.; COELHO, Lúcia M. R. **Sucessão dos negócios na agricultura: experiências internacionais e políticas públicas**. Brasília, DF: IPEA, 29 maio 2019. (Texto para Discussão, n. 2480). Informações adaptadas de Hoppe (2017), USDA. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstreams/489058f6-e94f-402f-928a-fa5bbc63212e/download>. Acesso em: 29 out. 2025.

GOVERNO ALEMÃO. **Agricultura na Alemanha: Insights e Dados Atualizados**. [S. l.]: Agro Sustentar, 21 maio 2025. Informações citando dados do BMEL.de. Disponível em: <https://agrosustentar.com.br/agronegocio/agricultura-alemanha/>. Acesso em: 29 out. 2025.

HEGEDÜS, András. A questão agrária. In: HOSBAWM, Eric (org.). **História do Marxismo IV: o marxismo na época da Segunda Internacional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 149-171, 1984

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA)**. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2017/características-gerais-das-produções-agropecuária-e-extrativista>. Acesso em: 06 de novembro de 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Compras públicas aumentam a renda de agricultores familiares em até 106%**. Brasília, DF: Ipea, 7 jan. 2025. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/15569-compras-publicas-aumentam-a-renda-de-agricultores-familiares-em-ate-106>. Acesso em: 29 out. 2025.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. - São Paulo: Proposta editorial, 1980. 329 p.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: processo de Formação do mercado interno para a grande indústria. 3 ed. - São Paulo: Nova Cultura, 1988. 6-121 p.

PLOEG, Jan Douwe van der. O modo de produção camponês revisitado. *In*: SCHNEIDER, Sérgio (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. 13-54 p.

POLANYI, Karl. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012a. 384 p.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**: as origens da nossa época. 2. ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2012b. 73-82; 199-212 p.